



TRT-16ª REGIÃO
Maranhão
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
Comissão de Acessibilidade e Inclusão

Ata de Reunião da Comissão de Acessibilidade e Inclusão do TRT 16ª Região

Às dez horas e trinta minutos do dia **vinte e seis de julho de 2021**, sob a presidência da magistrada Dra Juacema Aguiar Costa, Juíza Titular da 6ª Vara do Trabalho de São Luís, deu-se início à reunião da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, por videoconferência, através da ferramenta Google Meet, com a participação do juiz auxiliar da Presidência, Dr Mário Lúcio Batigniani. A presidente da Comissão deu início à reunião dando as boas vindas aos participantes, salientando se tratar da última reunião do ano da Comissão. Em seguida, relatou atividades da Comissão, pontuando algumas dificuldades encontradas no andamento das ações de acessibilidade e inclusão. Em interlocução com o juiz auxiliar da Presidência, a presidente da Comissão indagou sobre a possibilidade de criação da unidade de acessibilidade, nos termos do Artigo 22 da Resolução CNJ nº 401/2021. Também fez uma breve exposição sobre proposição aprovada pela Comissão de defesa de instalação do Cejusc no andar térreo do FAS tendo em vista a necessidade de facilitar o acesso para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Também relatou ao juiz convidado outras proposições como pesquisa para mapear as necessidades do usuário com deficiência da Justiça do Trabalho e capacitação de pessoal para atendimento adequado às pessoas com deficiência como necessidades ainda não contempladas pelo Tribunal. Em seguida, Dr Mário Lúcio destacou se tratar da primeira reunião que participava da Comissão, acrescentando que, como já era de conhecimento, sua gestão estava prestes a findar, considerando a proximidade do início da nova administração do Tribunal para o biênio 2022-2023. Ressaltou a importância de reuniões periódicas com o juiz auxiliar da Presidência para definição de prioridades, fluxo das demandas e resolubilidade das ações de acessibilidade. Tomando por base experiência própria, sugeriu que, como há uma extensa pauta de reivindicações pela Comissão, haja o estabelecimento de algumas demandas a serem resolvidas por vez, com base em critérios de facilidade e relevância, para tão somente após se passar a outras demandas, pois a apresentação de todas de uma só vez pode dificultar o empenho de forças e o acompanhamento de resolução. Também propôs registro de demandas, encaminhamentos e finalizações em Protocolo Administrativo (PA) único, tendo sido informado pela secretária da Comissão que o PA nº 137/2011, que registra a memória da acessibilidade desde a primeira composição da Comissão, é o instrumento



TRT-16ª REGIÃO
Maranhão

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
Comissão de Acessibilidade e Inclusão

adequado para incluir todas as ações, conforme sugestão enunciada pelo juiz auxiliar da Presidência. Sobre a possível criação de uma unidade de acessibilidade e inclusão nos termos do Artigo 22 da Resolução CNJ nº 401/2021, o juiz propôs à Comissão formalizar pedido, inserido-o no PA da Comissão de Acessibilidade e tratar da questão com a nova administração, acrescentando, no entanto, que há carência de pessoal no TRT 16, em especial, na área administrativa. Após, Dra Sandra relatou os esforços da Comissão para a mudança do Cejusc no andar térreo, como forma de melhorar o acesso das pessoas com deficiência, indagando sobre o andamento dessa reforma ou adequação daquela unidade ou a viabilidade de instalação de uma sala adaptada para audiências com pessoas com deficiência no andar térreo. Dr Jackson Roger também se pronunciou enfatizando a falta de adequação do FAS de recursos básicos de acessibilidade como sinalização, lembrando, ainda, dificuldades de acesso para pessoas com deficiência visual, por exemplo, já relatadas pela advogada Dra Priscilla Selares, além de destacar a proposição de mudança do Cejusc para o andar térreo. Em seguida, o juiz Mário Lúcio disse que há demandas da Comissão de Acessibilidade que são simples de solução e outras mais complexas e que a estratégia é envolver o Juízo Auxiliar da Presidência nas reuniões. Acrescentou que seja verificada a prática de composição da comissão com o juiz auxiliar da Presidência junto a outros tribunais. Fez ainda esclarecimentos sobre a tramitação da proposta de mudança do Cejusc e que é preciso verificar o andamento dessa demanda. Ainda durante a reunião, o servidor Gustavo Araújo anunciou que a EJUD16 promoverá a palestra A Inclusão das Pessoas com Deficiências e a Comunicação não Violenta, com Leonardo Oliveira Freire, capitão da Polícia Militar do Rio Grande do Norte atualmente cedido ao TRT21 (RN) no dia 7/12/2021. Após os diálogos, foi encerrada a reunião, sendo autorizada a lavratura da ata pela presidente da Comissão que segue com a lista de presença dos membros da Comissão e dos convidados.

Juacema Aguiar Costa
Presidente da Comissão

Gisélia Castro Silva
Secretária da Comissão

Nikole Melo de Mendonça
Representante do Setor de Engenharia

Fernando Rôla Ferreira Filho
Representante da CTIC

José Raimundo Pereira Siqueira
Representante da Coordenadoria de Gestão de Pessoas



TRT-16ª REGIÃO
Maranhão

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
Comissão de Acessibilidade e Inclusão

Marilda Amorim Pereira de Sousa

Representante do Setor de Saúde

Gustavo Napoleão Paiva Araújo

Representante da Escola Judicial (EJUD16)

Convidado:

Dr. Mário Lúcio Batigniani

Juiz Auxiliar da Presidência

Dr. Jackson Roger Almeida da Silva

Advogado

Dra. Sandra Gonçalves Macedo

Presidente da Comissão da Advocacia Trabalhista (OAB-MA)

Daniel Leite Guimarães

Chefe do Setor de Gestão Socioambiental